

Parque Dom Pedro anuncia expansão com torre e hotel

Projeto prevê 17 torres e criação de complexo multiuso integrado ao shopping

Da Redação

O Parque Dom Pedro Shopping anunciou na segunda-feira (15) um plano de expansão que prevê a construção de um complexo multiuso integrado ao shopping. Batizado de Masterplan, contempla 17 torres de diferentes segmentos, que juntas somarão 300 mil m² de área privativa e poderão abrigar até 30 mil pessoas.

A primeira etapa inclui a construção de uma torre corporativa e de um hotel. Segundo a administração do empreendimento, o Valor Geral de Vendas (VGV) dessa fase é estimado em R\$ 340 milhões. De acordo com o shopping, o objetivo é criar uma nova centralidade urbana na região, reunindo moradia, trabalho, serviços, educação, saúde, hospedagem e lazer em um mesmo espaço. A proposta segue o conceito de cidades que concentram diferentes atividades em áreas acessíveis a pé.

A iniciativa é conduzida pela Allos, empresa responsável pela administração do Parque Dom Pedro Shopping. Segundo o diretor de Desenvolvimento e Novos Negócios da companhia, Mário Oliveira, o projeto busca contribuir para o desenvolvimento econômico e urbano de Campinas.

“Ao integrar de forma vibrante e sustentável diferentes usos em



Imagem conceitual mostra a primeira fase do projeto de expansão do Parque Dom Pedro

um mesmo ambiente, atrair investimentos, ampliar a oferta de serviços e fortalecer a infraestrutura urbana, o projeto contribuirá para que Campinas seja uma cidade mais conectada, dinâmica e preparada para os desafios das próximas décadas”, afirmou.

O empreendimento abre espaço para a instalação de edifícios residenciais, hotéis, instituições de ensino, empresas, clínicas e outros serviços. A expectativa da administradora é que, após a implantação completa, o complexo passe

a receber mais de 30 mil pessoas entre moradores, trabalhadores, hóspedes, estudantes e visitantes.

Segundo o superintendente do Parque Dom Pedro, Rafael Moral Marques, a expansão deverá aumentar o fluxo de pessoas no shopping e fortalecer a oferta de lojas, restaurantes, serviços e opções de entretenimento.

“O crescimento do Parque Dom Pedro vai muito além da expansão física do complexo. Este ecossistema integrado que estará no entorno também im-

pulsiona a evolução do nosso shopping, permitindo fortalecer continuamente nosso mix de lojas e serviços, ampliar as opções de gastronomia, entretenimento e lazer e investir na qualificação dos espaços e da experiência dos clientes. Estamos construindo um destino cada vez mais completo para quem vive, trabalha ou se conecta com a região de Campinas”, disse Marques.

O Masterplan foi desenvolvido em conjunto com a Prefeitura de Campinas e inclui estudos re-

lacionados à mobilidade urbana, acessibilidade e circulação viária. Entre as intervenções previstas estão ampliações de vias, novas conexões urbanas, implantação de ciclovias, adequações no transporte público e a instalação de uma base da Polícia Militar no complexo.

O prefeito de Campinas, Dário Saadi, afirmou que o projeto representa uma parceria entre o poder público e a iniciativa privada para acompanhar o crescimento da cidade.

As obras da primeira fase também devem impulsionar a geração de mais de 3 mil empregos diretos, indiretos e induzidos durante os períodos de construção e operação dos empreendimentos.

O lançamento do Masterplan ocorre em paralelo ao processo de modernização do shopping. Segundo a administração, desde 2022 cerca de 26 mil metros quadrados do empreendimento foram renovados. Entre as novidades recentes está a instalação da primeira loja completa da marca de moda H&M Brasil no país.

De acordo com dados divulgados pelo Parque Dom Pedro, as vendas do shopping cresceram cerca de 39% e as receitas avançaram 36% na comparação entre o primeiro trimestre de 2026 e o mesmo período de 2022.

Dívidas menores terão cobrança amigável

Da Redação

A Prefeitura de Campinas deixou de encaminhar para cobrança judicial as dívidas de até R\$ 11,5 mil. A mudança faz parte do programa Concilia Campinas, criado para ampliar as chances de negociação de débitos tributários e reduzir a burocracia na recuperação desses valores.

Apesar da nova regra, os contribuintes devem ficar atentos: os débitos de menor valor não deixam de ser cobrados. Após a fase amigável, a dívida pode ser protestada em cartório e o nome do devedor pode ser negativado, o que traz restrições de crédito e outras consequências financeiras.

Como funciona o programa

Segundo a Prefeitura, a proposta é priorizar soluções consensuais e diminuir os processos judiciais, que acabam tornando as dívidas mais caras e difíceis de pagar. A estratégia inclui notificações preferencialmen-

te eletrônicas, integração dos sistemas municipais e facilidades para acelerar negociações, parcelamentos e emissão de guias.

Entre as medidas previstas estão descontos em juros e multas, parcelamento em até 120 meses, mutirões de negociação e pagamento digital via Pix e QR Code. No caso de IPTU, a Prefeitura também vai aceitar laudos homologados na Justiça quando o contribuinte questionar o valor venal do imóvel.

Onde consultar débitos

Para verificar se há algum débito em seu nome ou vinculado ao imóvel, o cidadão pode entrar em contato com o SAC da Prefeitura, pelo telefone 3755-6000, ou pelo WhatsApp no número (19) 98437-4700. A administração municipal reforça que manter as contas em dia evita juros, multas e a negativação do nome.

O município destaca ainda que os tributos são uma das principais

fontes de receita para financiar serviços públicos, como saúde, educação, pavimentação, assistência social e outras ações essenciais para a população.

A Prefeitura de Campinas reforça que o fim da cobrança judicial para débitos de até R\$ 11,5 mil não significa o cancelamento da dívida. Os contribuintes que não aderirem às possibilidades de negociação oferecidas pelo programa Concilia Campinas continuam sujeitos a medidas de cobrança administrativa. Entre elas está o protesto do débito em cartório, além da inclusão do nome do devedor em cadastros de inadimplentes.

A administração municipal destaca que essas medidas podem dificultar a obtenção de crédito, financiamentos e outras operações financeiras. A orientação é que os contribuintes procurem os canais de atendimento da Prefeitura para verificar a existência de pendências e as opções de parcelamento ou quitação disponíveis.

Câmara não investigará prefeito nem vereador

Por Raquel Valli

A Câmara Municipal rejeitou ontem as solicitações de instalação de Comissão Processante (CP) para apurar as condutas do prefeito Dário Saadi e do vereador Higor Diego, ambos do Partido Republicanos. Foram 23 votos contrários às investigações e seis favoráveis.

As denúncias se baseavam em vídeos gravados na sede da empresa de ônibus Smile, em Paulínia (SP), onde foram gravadas conversas sobre o prolongamento dos atuais contratos do transporte público. Os diálogos entre o vereador Higor, o diretor da viação, Emerson de Jesus, e um lobista denominado João, mencionaram o prefeito, o chefe de gabinete de Saadi, Aderval Fernandes, o secretário de Transportes, Fernando de Caires, o presidente da Emdec (autarquia responsável pelo transporte municipal) Vinicius Riverete, além do parlamentar Vini Oliveira (Cidadania-SP).

Os áudios são de 30 de março, quando tramitava no Parlamento o projeto de lei do Executivo que autorizava a ampliação dos contratos vigentes de transporte.

A proposta inicial de Saadi estipulava a a renovação contratual por três anos, mas foi reduzida para dois durante o trâmite legislativo. Nas conversações gravadas, Higor e Jesus detalhavam o planejamento voltado à diminuição, citando diretamente Fernandes e Saadi.

O autor dos pedidos de investigação, o ativista Adriano Novo, argumentou que as gravações impunham questionamentos acerca de conexões entre o setor privado e agentes estatais na formulação de diretrizes da mobilidade urbana, explicitando no texto que a abertura das comissões buscava a apuração dos fatos, sem juízo de valor prévio ou imputação formal de culpa aos citados. A Smile Transportes, o prefeito e o vereador negaram a ocorrência de ilícitos.